

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.949 - RS (2018/0178164-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI - RS046946**  
**BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725**  
**AGRAVADO : DANIEL LUIS HATWIG**  
**ADVOGADOS : ORLI CARLOS MARMITT - RS070358**  
**CLAUTO JOAO DE OLIVEIRA - RS057866**  
**JORDANO STEFANELLO SEGNOR - RS084879**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. 1. OFENSA AOS ARTS. 11 E 489 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Na origem, Daniel Luis Hatwig interpôs agravo de instrumento em decorrência de decisão que suspendeu o cumprimento provisório de sentença coletiva proferida nos autos da Ação Civil Pública, a qual condenou a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil S.A., solidariamente, ao pagamento de diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 e o BTN fixado no mesmo período para agricultores que tomaram empréstimos por meio de cédula de crédito rural.

No julgamento do agravo de instrumento, a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 31):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. CÉDULA RURAL. ACP Nº 94.008514-1. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EFEITO SUSPENSIVO. SOBRESTAMENTO PARCIAL.

Considerando-se que a suspensão determinada nos Embargos de Divergência no RESP nº 1.319.232-DF limita-se à aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, nada impede o prosseguimento parcial do cumprimento provisório, determinando-se o sobrestamento apenas com relação ao montante que exceder os índices determinados no art. 5º da Lei nº 11.960/2009, sendo que eventuais diferenças poderão ser futuramente executadas,

após a consolidação do entendimento quanto ao tema.

Nas razões do recurso especial, o recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 11, 489, § 1º, IV e VI, 520, 982, I, 1.005, 1.035, II e 1.037 do CPC/2015, sustentando a necessidade de suspensão total, e não parcial, do feito conforme a decisão desta Corte proferida nos EREsp 1.319.232/DF, a qual determinou a suspensão dos efeitos da sentença coletiva e, como consequência, dos pedidos de liquidação e cumprimento de sentença.

Defendeu que, "havendo o Tema de Repercussão Geral n. 810, estabelecido pelo STF, ainda pendente de julgamento, os processos cujos objetos potencialmente possam ser atingidos por tal recurso (como é o caso em questão), deverão ser sobrestados por inteiro, e não parcialmente, conforme decidido pelo Tribunal *a quo*, [...]" (e-STJ, fl. 50).

As contrarrazões não foram apresentadas - fl. 98 (e-STJ).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas 282 e 356 do STF e 211 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

De início, em relação à violação aos arts. 11 e 489 do CPC/2015, a alegação não merece acolhimento, tendo em vista que não foi demonstrado, nas razões do recurso especial, de que forma esses dispositivos de lei federal foram ofendidos, caracterizando deficiência na fundamentação, a ensejar o não conhecimento do recurso, por atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

Ademais, o acórdão recorrido dirimiu a questão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 27-29):

Trata-se de cumprimento provisório de sentença proferida nos autos da ACP nº 94.0008514-1, a qual condenou a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil S/A, solidariamente, ao pagamento de diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 e o BTN fixado em idêntico período, para agricultores que tomaram empréstimos por meio de Cédula de Crédito Rural.

Em recente decisão monocrática exarada nos autos dos Embargos de Divergência em REsp n 1.319.232/DF, o Ministro Francisco Falcão, deferiu "a concessão da tutela de urgência para atribuir efeito

suspensivo aos embargos de divergência interpostos pela União, até o seu julgamento" (decisão disponibilizada para publicação eletrônica em 26/04/2017).

Num primeiro momento, em casos semelhantes, determinei o sobrestamento do feito, tendo em vista que eventual decisão favorável a um dos litisconsortes aproveitaria a todos, eis que o STJ já decidiu que se trata de litisconsórcio passivo unitário entre a União, o BACEN e o Banco do Brasil.

Todavia, melhor avaliando a questão, verifiquei que a matéria objeto de discussão nos Embargos de Divergência opostos pela União refere-se exclusivamente ao percentual de juros aplicável à Fazenda Pública, os quais foram fixados em flagrante contrariedade ao art. 1º-F da lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, conforme se verifica no pedido dos embargos de divergência ora transcrito, verbis:

Em face do exposto, feito o cotejo analítico entre o acórdão embargado e o acórdão paradigma, evidenciando base fática assemelhada com soluções jurídicas distintas pela Terceira Turma e pela Primeira Seção desse Tribunal, a União requer sejam os presentes embargos de divergência conhecidos e providos, devendo ser, portanto, revisto o percentual de juros aplicável nos casos excepcionais em que este Ente Público vier a ser obrigado a restituir.

Subsidiariamente, requer-se que, ao menos naquelas hipóteses em que a União sucedeu a instituição financeira em operação específica cedida por força da Medida Provisória n.º 2.196-3/2011, seja aplicado o percentual de juros previsto no art. 1º-F da Lei n.º 9.494, com a redação dada pela Lei n.º 11.960/09.

Assim, limitando-se a questão apenas à correção monetária e aos juros de mora aplicáveis, não há, em rigor, óbice ao prosseguimento do cumprimento provisório de sentença dentro dos parâmetros apontados pela União nos embargos de divergência, devendo, portanto, ser respeitados a atualização e os juros previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

(...)

Logo, pode a exequente prosseguir na execução provisória do título, exceto em relação à aplicação de índice de correção monetária distinto da TR a partir da vigência da Lei 11.960/09, podendo eventuais diferenças ser pleiteadas no futuro, após a definição do índice a ser aplicado.

Quanto ao pedido de reabertura do prazo, não assiste razão ao Banco do Brasil, eis que há indicação específica no evento utilizado no processo eletrônico (Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Contrarrazões ao(s) agravo(s) - Refer. ao Evento: 1), de modo que é desnecessária a formulação de decisão com esse teor.

A sistemática utilizada atende a finalidade a que se destina, de modo que devem ser prestigiados os princípios da celeridade e efetividade, bem como da duração razoável do processo, a teor do disposto no art. 6º do CPC.

Dispositivo.

Ante o exposto, voto por dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos da fundamentação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Como se vê, da leitura dos trechos acima, observa-se que não houve debate sobre a suspensão do feito do ponto de vista da infringência aos arts. 520, 982, I, 1.005, 1.035, II e 1.037 do Código de Processo Civil/2015, haja vista que a conclusão do Tribunal de origem se deu única e exclusivamente com base no fato de que a questão se limita apenas à correção monetária e aos juros de mora aplicáveis, tampouco foram opostos embargos de declaração, não havendo, portanto, o devido prequestionamento, o que atrai o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Outrossim, não admitido o recurso especial, fica prejudicado o pedido de concessão de efeito suspensivo.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator